

## Um pacto pela governabilidade

Diante da radicalização da campanha pela Presidência da República nas semanas que antecederam o primeiro turno e do risco de que ela se agrave ainda mais no segundo turno, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, propôs um pacto republicano entre os Três Poderes, para evitar a divisão da sociedade e assegurar a governabilidade, seja quem for o presidente eleito. O ministro toca nesse tema pela segunda vez.

A primeira foi em seu discurso de posse, em 13 de setembro. Duas semanas depois, ele se ofereceu para iniciar o diálogo e afirmou que só o “caminho do meio” propiciará as condições políticas para que o próximo presidente da República possa exercer seu mandato sem enfrentar ânimos acirrados e protestos nas ruas. A atuação do STF pode evitar que o Brasil “capote” outra vez, disse Toffoli, como ocorreu durante as turbulências após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e na escalada da inflação no governo Sarney, na década de 1980.

Vinda do presidente de um Poder que deve ser isento e imparcial por princípio, a proposta merece ser discutida. Afinal, com um déficit primário previsto em R\$ 139 bilhões para 2019 e uma Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso que prevê que as despesas obrigatórias consumirão 93% do Orçamento da União, o vencedor do segundo turno correrá o risco de ter seu governo ameaçado no dia seguinte ao de sua posse, se o clima de radicalização perdurar.

Baseados em discussões objetivas, sem imposições e fundados na boa-fé de seus signatários, pactos são acordos destinados a evitar rupturas institucionais, a assegurar a transição de regimes ditatoriais para regimes democráticos e a remover obstáculos que travam a governabilidade, como é o caso da paralisia da reforma da Previdência. Eles não neutralizam todos os conflitos de uma sociedade complexa e heterogênea como a brasileira.

Mas envolvem os chefes dos Poderes, as lideranças partidárias e o conjunto da sociedade num esforço consequente destinado a enfrentar problemas cuja solução

está além da capacidade política de cada signatário. Implícita na formalização de um pacto está a ideia de que os objetivos e os meios escolhidos para alcançá-los passam a ser considerados de interesse geral, sem que os signatários percam sua identidade social e política.

Em alguns países, como a Espanha na década de 1970, durante a transição da ditadura franquista para uma democracia parlamentarista, o pacto então firmado até hoje é considerado uma obra-prima de engenharia política. No Brasil, a ideia de um pacto republicano não é nova. No final de 1984, pouco antes de ser eleito presidente pelo Congresso, Tancredo Neves chegou a propô-lo em discurso no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Duas décadas depois, por iniciativa do então presidente Lula, o Executivo, o Legislativo e o STF firmaram o I Pacto Republicano, com o objetivo de aprovar a Emenda Constitucional n.º 45, que introduziu a reforma do Judiciário, e os projetos de lei elaborados para implementá-la. Em 2009, também por iniciativa do Executivo, foi assinado o II Pacto Republicano, com o objetivo de democratizar o acesso aos tribunais e aprovar os projetos de lei que criavam novos mecanismos processuais.

Em 2011, por iniciativa do STF, foi proposto um III Pacto Republicano. Os três pactos tiveram por base a Constituição. Depois de lançar a proposta de um novo pacto republicano, às vésperas do primeiro turno, o atual presidente do STF reuniu-se com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e seis ministros do Supremo para discutir os desafios fiscais que o próximo presidente terá de enfrentar, a começar pela reforma da Previdência.

Embora seja cedo para saber se essa iniciativa dará frutos, uma coisa é certa: se não se pautar pelo realismo e não aceitar uma negociação dentro dos marcos constitucionais em torno de temas fundamentais que levem em conta a diversidade de interesses sociais e os gargalos da economia, o presidente eleito dificilmente conseguirá evitar uma paralisia decisória, com todas as suas consequências.

**Para onde foi...**

Na linha “Orçamento federal no Brasil continua sendo ficção”, as estatais e agências de fomento gastaram 43% dos recursos previstos para o primeiro semestre de 2018. Usaram R\$ 45,1 bilhões, dos R\$ 104,4 bilhões registrados. Pelo menos, trata-se de um valor 60% maior que o disponibilizado no mesmo período de 2017. Os números são da CNI, calculados a partir de dados do Ministério do Planejamento.

**...o investimento**

Detalhe: só a Petrobrás usou 84% do dinheiro liberados para as estatais. Nada menos que R\$ 41 bilhões.

## O mito positivista

*"O projeto 'bonapartista' de Bolsonaro, como a 'democracia' de Haddad, pode ter sido derrotado no primeiro turno"*

Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

No cavalo de pau dado pela campanha do PT, em razão da inviabilidade do projeto de "democracia", que foi derrotado no primeiro turno, o candidato à Presidência Fernando Haddad deveria procurar nos seus alfarrábios um velho livro de Karl Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte, publicado em 1852. Talvez o professor de ciência política da Universidade de São Paulo, que virou clone do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, encontre uma explicação para o que aconteceu em 7 de outubro. O "cretinismo parlamentar" desgraçou boa parte da elite política da Câmara e, principalmente, do Senado; o "transformismo" de seu partido fez do antipetismo uma força eleitoral avassaladora a favor de Jair Bolsonaro (PSL), protagonista de uma possível "restauração conservadora", tal qual "o lunático Luís Napoleão, com meia dúzia de oficiais desconhecidos e cheios de dívidas", nas palavras de Friedrich Engels, em carta ao seu amigo Marx.

Ao estudar a história da França


entre a Revolução de fevereiro de 1848, que pôs fim à monarquia constitucional de Luís Felipe, e a Comuna de Paris, de 1871, Marx conceituou o "bonapartismo", que até hoje gera controvérsias entre acadêmicos de esquerda, porque seria um meio-termo entre a "democracia burguesa" e o "fascismo". Durante a ditadura militar, aqui no Brasil, provocou muita polêmica entre intelectuais e militantes de oposição, que se dividiam entre os que caracterizavam o regime como fascista, por causa do terrorismo político de Estado, e os que rejeitavam essa caracterização, porque não havia um partido de massas como na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler. A essência do bonapartismo é a autonomia do Estado em relação às classes sociais e a existência de um líder político carismático e populista.

O chefe de Estado concentra um poder desproporcional em relação ao Legislativo e ao Judiciário, promove a centralização política em relação aos demais níveis de poder. Para governar, apoia-se na burocracia e nas Forças Armadas; suprime liberdades e reprime com violência a oposição e os movimentos sociais. Luís Bonaparte eliminou o Parlamento e tentou restabelecer o Império, mas tudo não passou de uma farsa. Por isso, o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 foi chamado de 18

Brumário por Marx, numa alusão ao golpe de Estado de Napoleão Bonaparte de 9 de novembro de 1799 (18 brumário no calendário da Revolução Francesa), que resultou no fim da Primeira República, proclamada em 1792, e no Consulado, que logo se transformaria no Império de Napoleão. Luís Bonaparte derrubou a república burguesa e instaurou o Segundo Império (1851-1870), no qual se proclamou Napoleão 3º, com a ambição de restaurar a obra de Napoleão 1º, seu suposto tio.

O projeto "bonapartista" subjacente no discurso de Bolsonaro, como a "democracia" de Haddad, pode ter sido derrotado no primeiro turno. Propostas de elaboração de uma Constituição por notáveis, a ser submetida a um referendo popular, e de alteração da composição do Supremo Tribunal Federal (STF), que ferem frontalmente a atual Constituição, já foram descartadas. Para vencer, Bolsonaro está sendo obrigado a desdizer não somente seus auxiliares, como Paulo Guedes, futuro ministro da Fazenda e do Planejamento, e o vice, general Hamilton Mourão, mas principalmente a si próprio. Sobram declarações e episódios que podem lhe tirar a vitória, se não forem renegados. O tema da violência, que catapultou sua candidatura, virou uma faca de dois gumes, porque a narrativa do duro combate ao crime





organizado também alimenta a radicalização política e ideológica de seus partidários contra os adversários.

#### Positivismo

O Brasil já teve três presidentes militares eleitos: Floriano Peixoto (1891-1894); Hermes da Fonseca (1910-1914); e Eurico Gaspar Dutra (1945-1950). Foram duros com a oposição, especialmente Floriano, o “Marechal de Ferro”, que governou a maior parte do tempo com o país em Estado de Sítio. Ao concluir o mandato, todos entregaram o poder a presidentes civis. Durante o regime militar, o militar que permaneceu mais tempo no poder foi João Figueiredo, que governou por seis anos, perdeu a própria sucessão e devolveu o poder aos civis, com a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral. Getúlio Vargas, que foi ditador por 15 anos, presidente eleito, encerrou a carreira com um tiro no próprio peito. Não é fácil ser ditador no

Brasil.

Na política brasileira, nunca o poder central teve tão pouca influência nas eleições. Os destinos do país estão sendo decididos pela sociedade, num pleito democrático, com ampla liberdade. A alternância de poder e o direito ao dissenso estão assegurados. O projeto político de Bolsonaro tangencia o velho positivismo da Escola Militar da Praia Vermelha e o castilhismo gaúcho, que são incompatíveis com nossa democracia. A atual Constituição, nosso mais valioso ativo democrático, só pode ser modificada pelo Congresso, que representa todos os eleitores, não apenas uma maioria eventual, caso do presidente eleito. Por isso, qualquer que seja o resultado das urnas, é melhor aceitar o resultado, com espírito autocrítico, para não repetir os erros no futuro. E respeitar a vontade popular.